

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 534/16**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal 1998, (especialmente art. 37 e seguintes);

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

- Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (especialmente art. 24);

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm

- Resolução do CONTRAN nº 404/12, que dispõe sobre notificação de penalidade de multa e de advertência, e dá outras providências;

http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/RESOLUCAO_404-12-REPUBLICADA.pdf

- Resolução do CONTRAN nº 424/12, que altera a resolução nº 404/12,

[http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/\(Resolu%C3%A7%C3%A3o%20424.2012\).pdf](http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/(Resolu%C3%A7%C3%A3o%20424.2012).pdf)

- Lei Orgânica do Município de São Paulo (especialmente art. 81 e art.179);

<http://www.camara.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/Lei-Organica.pdf>

- Lei Municipal nº 8.394, de 28 de maio de 1976, que autoriza a constituição da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, e dá outras providências;

<http://documentacao.camara.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/?IscScript=iah.xis&lang=pt&format=detalhado.pft&base=legis&nextAction=search&form=A&indexSearch=^nTw^ITodos%20os%20campos&&exprSearch=LEI8.394/1976>

- Lei Municipal nº 12.078, de 13 de junho de 1996, que cria o Centro de Informação e Orientação ao Munícipe - CIOM, e dá outras providências;

<http://documentacao.camara.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/?IscScript=iah.xis&lang=pt&format=detalhado.pft&base=legis&>

**PROCURADORIA**

[nextAction=search&form=A&indexSearch=^nTw^ITodos%20os%20campos&&exprSearch=LEI12.078/1996](#)

- Lei Municipal nº 13.344, de 6 de maio de 2002, que dispõe sobre as condições para a cobrança, pelo Poder Público, de multas provenientes de aparelhos eletrônicos sobre infrações cometidas por condutores de veículos automotores;

<http://documentacao.camara.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&lang=pt&format=detalhado.pft&base=legis&nextAction=search&form=A&indexSearch=^nTw^ITodos%20os%20campos&&exprSearch=LEI13.344/2002>

- Decreto Municipal nº 42.297, de 19 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 13.344, de 6 de maio de 2002, que dispõe sobre as condições para a cobrança, pelo Poder Público, de multas provenientes de aparelhos eletrônicos sobre infrações cometidas por motoristas condutores de veículos automotores;

[http://documentacao.camara.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&lang=pt&format=detalhado.pft&base=legis&nextAction=search&form=A&indexSearch=^nTw^ITodos%20os%20campos&&exprSearch=DECRETO*42.297/\(6\)*2002](http://documentacao.camara.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&lang=pt&format=detalhado.pft&base=legis&nextAction=search&form=A&indexSearch=^nTw^ITodos%20os%20campos&&exprSearch=DECRETO*42.297/(6)*2002)

- PL 064/2012

<http://documentacao.camara.sp.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/?IsisScript=iah.xis&lang=pt&format=detalhado.pft&base=projeto&form=A&nextAction=search&indexSearch=^nTw^ITodos%20os%20campos&exprSearch=P=PL642012>

Cópias dos textos normativos acima mencionados acompanham a presente informação, através dos 'links' dos sites acima indicados, cujo acesso se deu em 13/03/17.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente de fls.05.

São Paulo, 13 de março de 2017.

Christiana Samara Chebib Lienert
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 244.472